

A construção do projeto político pedagógico das escolas do/no campo (rurais) da Bahia/Brasil no contexto pandêmico e pós-pandêmico

Terciana Vidal Mora

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB

Arlete Ramos dos Santos

Gilvan dos Santos Sousa

Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia, UESB

Resumo

Esse trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar os Projetos Político Pedagógicos (PPP) das escolas do campo (rurais) construídos no contexto do ensino remoto, na pandemia da Covid-19, mas também, no retorno do ensino presencial, e o fim do período pandêmico, nas redes municipais de ensino da Bahia/Brasil com a orientação Programa Formação de Educadores do Campo (Formacampo). A pesquisa realizada foi de tipo qualitativa com dados coletados por meio de análise documental e questionário elaborado em formulário do *Google Forms*. Os resultados evidenciaram que esta ação foi muito importante para melhorar a formação de professores da Bahia/Brasil, bem como impactou diretamente na melhoria da prática pedagógica dos educadores, e contribuiu para a permanência dos sujeitos nas áreas rurais.

Palavras chave: Educação do Campo; formação de professores; pandemia; pós-pandemia, Projeto Político Pedagógico (PPP).

1. Introdução

Esse trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar os Projetos Político Pedagógicos (PPP) das escolas do campo (rurais) construídos no contexto do ensino remoto, na pandemia da Covid-19, mas também, no retorno do ensino presencial, e o fim do período pandêmico, nas redes municipais de ensino da Bahia/Brasil com a orientação Programa Formação de Educadores do Campo (Formacampo).

O Programa Formação de Educadores do Campo (Formacampo) foi criado em 2020 e tem como objetivo central realizar atividades de extensão, por meio da formação continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo, em escolas dos municípios da Bahia/Brasil. Tem a Coordenação Geral na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – (UESB), através do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (Gepemdecc) e, conta com Coordenações Adjuntas nas Instituições de Ensino Superior Públicas do estado da Bahia que atuam como parceiras: a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Além de contar com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), responsáveis pelo processo de articulação junto aos municípios. Além da Coordenação Geral e das

Coordenações Adjuntas, integram o Formacampo as Coordenações Territoriais e Coordenações Municipais, que contribuem para o bom andamento das ações.

O Programa é constituído por diferentes ações que fazem uma interface com as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e tem mobilizado alunos e professores da graduação e pós-graduação para participarem dos projetos que compõem as ações do referido programa, bem como realiza uma articulação junto aos gestores e profissionais da educação básica em seus territórios de atuação.

Suas ações são constituídas de cursos de curta duração nos municípios, com carga horária de até 120 horas, nos formatos presencial, híbrido e remoto, que são ofertadas para todos os Territórios de Identidade do estado da Bahia de duas formas: por meio do canal da TV Undime e do Canal do Gepemdec. Além das ações de formação, o Programa tem se comprometido em orientar os municípios na elaboração das Diretrizes Municipais para a Educação do Campo e na construção da Resolução que as institui e no processo de construção/avaliação/ reelaboração do PPP das escolas do campo.

Nesse sentido, as ações do Programa têm contribuindo para a materialização e o fortalecimento da Educação do Campo no estado da Bahia/Brasil, possibilitando que os Educadores do Campo estejam comprometidos com a construção de propostas pedagógicas voltadas para as singularidades dos sujeitos do campo e para afirmar o campo enquanto espaço de vida e possibilidades.

2. Fundamentação teórica

As lutas sociais desenvolvidas no Brasil a partir da década de 1950 no enfrentamento ao histórico descaso dispensado pelo Estado aos sujeitos do campo, em especial no que se refere ao acesso à terra e à educação escolar, produziu propostas coletivas de resistência, entre eles a Educação do Campo, que adentra no Estado Brasileiro no final da década de 90. A Educação do Campo é fruto de um processo histórico dos movimentos sociais do campo na luta pela terra e por condições dignas de vida. Representa um projeto de resistência contra hegemônica da classe trabalhadora ao projeto capitalista e, defende um projeto de sociedade pautado na garantia dos direitos sociais.

A lógica pensada a partir desse projeto de sociedade e, conseqüentemente, de educação, traz inúmeros desafios e demandas à gestão do trabalho pedagógico da escola, trazendo implicações para a configuração do trabalho docente e pautando a construção do projeto político pedagógico da escola, “e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo” (Brasil, 2010).

Por isso, demanda uma formação específica dos educadores, coerente com o papel de fazer e pensar a formação humana numa perspectiva integral, capaz de “compreender e promover a necessária articulação das lutas entre a escola do campo e as lutas para a superação dos pilares que sustentam a estrutura da sociedade capitalista” (Molina e Hage, 2015, p. 124).

A Educação do Campo defende uma identidade de escola articulada à cultura, identidade e modos de vida e sujeitos do campo, demandando pensar em propostas pedagógicas e um currículo contextualizado às concepções e princípios defendidos por ela. Por isso, a Educação do Campo tem defendido que a ancoragem do processo ensino e aprendizagem e da relação pedagógica nas escolas do campo, devem se nutrir em bases epistemológicas e filosóficas das pedagogias críticas e contra-hegemônicas (Moura, 2019).

Caldart (2003), afirma que a escola passou a fazer parte do movimento da Educação do Campo, assumida como uma questão política de extrema importância para a constituição e formação dos sujeitos. Porém, não é qualquer escola, defendendo que a escola precisa ser transformada em sua identidade e finalidades educativas, pois o modelo de escola que temos não nasceu para formar a classe trabalhadora do campo, como bem defende o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), um dos principais protagonistas na construção da Educação do Campo. Nesse sentido, de acordo com Gehrke (2010, p. 156), o Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo aponta

[...] para a produção de uma escola teimosa, dirigida pela teimosia lúcida de camponeses e camponesas que descobriram seus direitos à educação. Ela está somente onde se deseja que ela esteja, porque mais que estar no campo, ela precisa ser intencionada e ser do campo, por que a faz. A Escola do campo hoje no Brasil é uma identidade de escola. Cumprimos o que poderíamos chamar de produção de uma nova organização do trabalho pedagógico.

Segundo o Decreto de 2010, a valorização da identidade da escola do campo se dará “por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo”, para tanto essa identidade de escola precisa ser construída coletivamente, através do seu Projeto Político Pedagógico, na perspectiva da gestão democrática, pois o PPP traduz verdadeiramente a identidade da escola, orientando a organização do trabalho pedagógica a partir de suas singularidades dos sujeitos do campo.

Na realidade educacional brasileira, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), enquanto instrumento de gestão escolar, é fruto das lutas de educadores e educadores e governos progressistas que, na década de 1980, no contexto de redemocratização do país, pautavam a construção de uma escola pública de qualidade, democrática e participativa, a serviço de todos os brasileiros. A qualidade é aqui entendida como a garantia de que todos ingressem e tenham condições reais de permanecer na escola, completando sua trajetória escolar formal e obrigatória, com uma formação científica e política que confira o exercício da cidadania plena (Moura, 2019). As discussões em torno do PPP vieram contrapor, no cotidiano da escola, a herança e legado histórico de práticas autoritárias, patriarcais e clientelistas, herdadas de longos anos de ditadura em que viveu o país entre 1964-1985 (Fonseca, 2003).

A construção do PPP proporciona a vivência democrática e se constituiu num momento de formação e aprendizado na construção de uma cultura organizacional regida pela perspectiva democrática e participativa, estimulando as escolas a elaborarem propostas pedagógicas mais autônomas, mais democráticas e, assim, vinculadas às suas realidades. A construção do PPP implica autonomia da escola para projetar de forma intencional a sua identidade. Nesse sentido, Santos & Moura (2009, p. 6) pontuam que a construção do PPP busca

[...] contribuir para o desenvolvimento de propostas mais autônomas e coladas com a realidade onde se situam as escolas. A construção de um projeto político-pedagógico pode contribuir para estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas pedagógicas que levem a instituição escolar a transgredir a chamada "educação tradicional", cujo conteudismo de inspiração positivista está longe de corresponder às necessidades e aos anseios de todos os que participam do cotidiano escolar.

Veiga (2003) e Gadotti (1994) sublinham que um projeto direciona para uma determinada direção, e seu caráter político projeta para uma direção intrinsecamente articulada com o compromisso sociopolítico de sua ação; implica promessas, rupturas e compromisso dos atores sociais a ele

vinculados. Quanto ao Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo, Albuquerque & Casagrande (2010, p. 137), destacam que “Para articularmos uma proposta de Projeto Político-Pedagógico, temos que ter clara a proposição de educação, a teoria pedagógica e de sociedade que defendemos e queremos construir”. Prosseguem afirmando que a transformação da forma atual da escola capitalista implica construir um PPP que “tenha como pano de fundo as relações sócio-históricas, políticas e culturais da sociedade atual e os planos mais gerais no âmbito do Estado e do país” (Ibidem, p. 149).

Veiga (1995), considera a escola como um lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo. Concebe o PPP como o grande articulador da organização do trabalho pedagógico da escola como um todo. Portanto, o trabalho pedagógico desenvolvido na instituição escolar deve ser ancorado pela realidade de vida de seus alunos, o que demonstra a importância desse documento como grande norte da organização do trabalho pedagógico das escolas.

3. Objetivo

Caldart (2012) sublinha que a Educação do Campo nomeia um movimento protagonizado pela classe trabalhadora do campo e suas diversas organizações. Um movimento que incide sobre o projeto de sociedade brasileira, nas concepções de política pública e de educação. Propõe, portanto, uma concepção de escola, de formação humana e de educação que deve contribuir para elevar a autoestima, auto-confiança e vida digna no campo, e o PPP da escola do campo deve estar a serviço na construção e fortalecimento da identidade da escola do campo a partir de, segundo Beltrame (2009, p. 156-157), “[...] processos educativos [...] voltados para a busca de uma sociabilidade que amplie as possibilidades de vida e trabalho no campo”.

A partir dessas considerações, a presente pesquisa buscou analisar os resultados alcançados pelo Programa Formacampo no processo de construção/reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) quanto à valorização dos sujeitos do campo, sua cultura e identidade.

4. Metodologia

O método utilizado foi o materialismo histórico-dialético (Cheptulin, 1982) e a pesquisa foi qualitativa com dados coletados por meio de análise documental e questionário aplicado em formulário do *google forms* aos professores, gestores e coordenadores de 27 Territórios de Identidade da Bahia que participam do Programa de extensão Formacampo, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Analisamos PPP (re)elaborados em cinco (5) Territórios de Identidade (TI) da Bahia, e as experiências pedagógicas utilizadas pelas redes municipais de ensino antes, durante e pós-pandemia a partir das orientações do referido programa de extensão universitária.

4. Resultados da pesquisa

O Formacampo está presente em todos os Territórios de Identidade do estado da Bahia, atendendo um público de cerca de quase 18 mil cursistas entre professores da Educação Básica que atuam nas escolas do campo, como também integrantes dos movimentos sociais do campo. Tem se alinhado aos objetivos da política de formação de educadores do campo defendida pelo Movimento da Educação do Campo do Brasil, contribuindo para o “desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no

campo” (Brasil ,2010), como determina o Decreto 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. No período de 2021 a 2023 o Programa auxiliou na elaboração dos PPP das escolas, e ao chegar ao final do primeiro ano de atuação, de um total de 1.542 escolas, 44% estava com a construção do PPP em andamento, 15% conseguiu concluir e as demais ainda não tinham iniciado a reformulação do documento. Porém, apresentamos algumas falas dos sujeitos:

Foi importante e esclarecedor; nos norteou quanto a escrita do PPP. Trouxe temas pertinentes à educação do campo e no campo com palestrantes totalmente envolvidos neste processo educativo. Estávamos precisando de uma formação séria, comprometida, que a linguagem fosse entendida por todos sobre a escola que temos, que queremos construir e que caminhos tomar para chegar perto deste objetivo (Litoral Sul).

Uma preparação que muito contribuiu para as escolas do campo, que muitas vezes tem inserido em seus PPP, metodologias urbanas por falta de uma base metodológicas que possa retratar a realidade das escolas do campo (Irecê).

O Formacampo está sendo fundamental para a ressignificação da minha prática docente e afetar aqueles à minha volta, como forma de valorização da escola do campo e da desmistificação dos estereótipos que foram lançados ao longo dos anos” (Sertão Produtivo 1).

O Programa Formacampo foi muito importante para que nós educadores pudéssemos refletir a nossa prática e a partir de então podermos diferenciar se no chão da nossa escola estamos oferecendo para os sujeitos do campo uma Educação do Campo ou uma Educação Rural (Velho Chico).

As narrativas aqui apontadas evidenciam que o Formacampo é importante na construção da Educação do Campo na Bahia. Cabe salientar, que o formulário foi respondido por 17.000 cursistas e esse espaço se tornou curto para descrever a amplitude que o programa tem alcançado, diante das mais diversas experiências, vivências e transformações de realidades que tem acontecido durante as edições do programa, tanto para os profissionais quanto para o alunado do campo.

5. Considerações

Os resultados da pesquisa evidenciaram que esta ação do Programa Formacampo foi importante para melhorar a formação de professores da Bahia/Brasil, bem como impactou diretamente na melhoria da prática pedagógica dos educadores, e contribuiu para a permanência dos sujeitos nas áreas rurais. Foi observada a contribuição do processo de reformulação e construção do Projeto Político Pedagógico da escola como mecanismos importante para melhorar a formação de professores e o currículo das escolas do campo.

Referencias

Albuquerque, J. O., Casagrande, N. (2010). Projeto Político Pedagógico. In C. Taffarel, C. Santos Júnior & M. Escobar. (Eds.), *Cadernos Didáticos sobre Educação do Campo: Concepção, financiamento, projeto político pedagógico, organização do trabalho pedagógico, currículo* (pp 117-150). EDUFBA. Disponível em: [caderno BA MEC 05_08_10.indd\(ufrb.edu.br\)](http://caderno_BA_MEC_05_08_10.indd(ufrb.edu.br))

- Cajaiba, J. B. M.; Santos, A. R. dos; Brito, V. S. L. (2022). Formação docente do/no campo: protagonismo do Programa Formação de Professores do Campo (Formacampo). *Educ. Form., [S. l.]*, 7. <https://10.25053/redufor.v7.e8075>.
- Caldart, R. S. (2009) Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 35-64.
- Caldart, R. S. (2003). A escola do campo em movimento. *Currículo sem Fronteiras*, (3)1, 60-81,
- Cheptulin, A. (1982). *A Dialética Materialista: categorias e leis da dialética*. Alfa-Ômega.
- Cunha Júnior, A. S; Santos, A. R.; Oliveira, J. M. S. (2021). *Educação no contexto da pandemia. O ensino remoto: percepção de docentes baianos no contexto da pandemia de Covid-19. Relatório Técnico Parcial*. UESC.
- Gadotti, M. (1994). Pressupostos do projeto pedagógico. Trabalho apresentado na Conferência Nacional de Educação para Todos. Ministério da Educação.
- Gehrke, M. (2000). Organização do trabalho pedagógico da Escola do Campo. In: S.G. Miranda y S. F. Schwendler, *Educação do Campo em movimento: teoria e prática cotidiana* (pp. 151-175). EDUFPR.
- Hage, S. M. (2014). Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior. *Revista Eletrônica de Educação*, 8(1). 133-150.
- Molina, M. C., Hage, S. M. (2015). Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior. *Revista Educação em Questão*, 51 (37). 121–146.
- Moura, T. V. (2019). *A gestão do trabalho pedagógico dos professores do campo no contexto das políticas educacionais de regulação. Tese de Doutorado em Ciências da Educação*. Universidade do Minho.
- Moura, T. V., Santos, F.J.S. dos. (2012). A pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. *Debates em Educação*, 4(7). 65- 74. <https://10.28998/2175-6600.2012v4n7p65>.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. (1996). *Princípios da Educação no MST*. (Caderno de Educação MST n. 8). Setor de Educação do MS., Disponível em: [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/CE%20\(8\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/CE%20(8).pdf)
- Santos, C. A. dos et. al. (orgs.). (2020). *Dossiê Educação do Campo: documentos 1998 – 2018*. Editora Universidade de Brasília.
- Santos, A. R. dos, Rodrigues, V. Áurea, & Araújo, D. B. (2022). Projeto Político Pedagógico: autonomia e reconhecimento das escolas do/no campo em Sebastião das Laranjeiras/BA. *Conjecturas*, 22(6), 966–982.
- Veiga, I. P. (2003). Inovações e projeto político-pedagógico: Uma ação regulatória ou emancipatória? *Cad. Cedes*, 23 (61), 267-281.
- Veiga, I. P. (org.). (1995). *Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível*. Papirus.